

MOVIMENTO E REPRESENTAÇÃO

Agência
sobre o
espaço urbano
como
resistência à
(auto-)objetificação

GABRIELA JAHN

Formada em Teatro Licenciatura pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

RESUMO

ESTE TRABALHO aborda a relação entre movimento, representação e subjetividade para corpos feminizados ocupando o espaço urbano. Tal análise parte dos desdobramentos sócio-políticos de videoarte realizada durante o período de isolamento social em 2020. O estudo se desenvolve a partir de noções da teoria da objetificação (Frederickson & Roberts, 1997) e da teoria performativa de assembleia (Butler, 2018), bem como dos conceitos de auto-objetificação (Calogero, Tantleff-Dunn & Thompson, 2011), automonitoramento corporal (Fredrickson & Roberts, 1997) e assédio sexual urbano (Bowman, 1993).

PALAVRAS-CHAVE

Desenho; Animação; Vídeo; Espaço urbano; Teoria queer.

ABSTRACT

THIS PAPER approaches the relation between movement, representation and subjectivity for feminized bodies occupying the urban space. Such analysis stems from socio-political themes unraveled by a piece of video art created during the period of social distancing in 2020. This study is based upon notions consolidated by the Objectification Theory (Fredrickson & Roberts, 1997), the Performative Theory of Assembly (Butler, 2018), as well as the concepts of self-objectification (Calogero, Tantleff-Dunn & Thompson, 2011) habitual body monitoring (Fredricksen & Roberts, 1997) and street harassment (Bowman, 1993)

KEYWORDS

Drawing; Animation; Video; Urban space; Queer theory.

INTRODUÇÃO

O AFASTAMENTO coercitivo dos espaços urbanos é corrente para sujeitos marcados por signos de feminilidade. Neste trabalho, designar-se-á como sujeitos ou corpos *feminizados* pessoas que portam, em diferentes graus, signos de feminilidade: mulheres cis e trans, pessoas que foram identificadas com o sexo feminino ao nascimento ou nascidas com vulva, pessoas não-binárias, pessoas intersexo, travestis, bichas afeminadas, dentre outras. Quanto mais marcados ou maior a quantidade desses signos interseccionados, maior é o rechaço sofrido por essas pessoas no espaço urbano e em espaços públicos em geral. Assim como uma pessoa marcada pela racialização carrega símbolos que, semiotizados nas relações interpessoais, resultam na sua exclusão, de formas específicas, de espaços públicos, a dita feminilidade tem essa característica excludente a seu próprio modo, principalmente através da sexualização. Isso é aferido através do formato do corpo e do rosto, comprimento do cabelo e das unhas, vestuário, tom de voz, assinatura gestual etc. Portanto, não é apenas a performance social do sujeito, seja ela intencional ou não¹, que determina sua leitura social. Há fatores materiais (alguns inalteráveis mesmo através de cirurgia plástica, como as dimensões dos quadris) que orientam, apesar de nem sempre determinarem, leituras e, portanto, interações sociais.

Na rua, todos aqueles elementos imagéticos e sonoros implicam semiotização. Uma pessoa será mais bem vinda em espaços públicos quanto mais próxima ela estiver do padrão masculino eurocêntrico cisgênero, que é interpretado como a neutralidade. Todos os corpos que carregam signos que fogem a essa suposta neutralidade masculina, eurocêntrica e cisnormativa estão sujeitos a algum tipo de exclusão. Tal fenômeno vem sendo estudado desde a década de 1990, principalmente a partir do termo *street harassment*, cunhado na área do direito à cidade e traduzido aqui como assédio sexual urbano. Trata-se de “um tipo de assédio sexual que afeta profundamente as vidas das mulheres: o assédio de mulheres em espaços públicos por homens estranhos a elas” (BOWMAN, 1993, p. 519; tradução da autora).

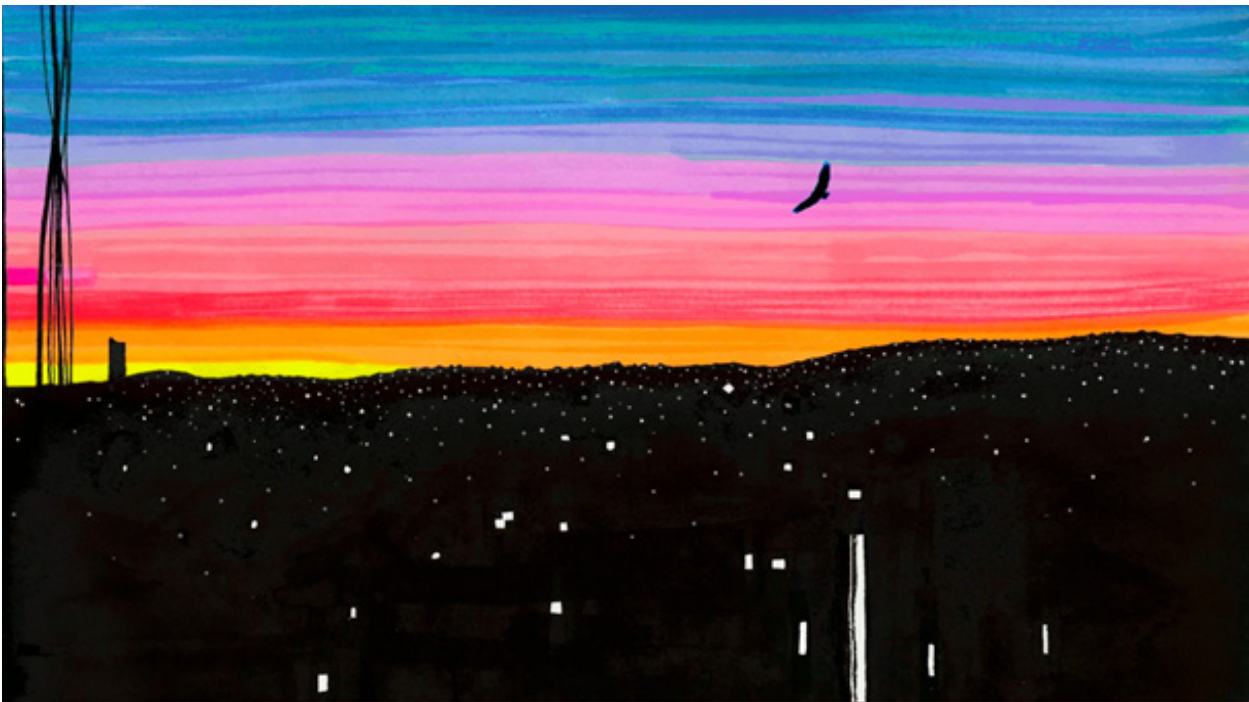
1

Mesmo que eu, por exemplo, não me identifique como mulher, estou consciente de que existem signos da minha aparência que “traduzem” feminilidade.

O objetivo do presente artigo, bem como da obra sobre a qual reflete, é acessar experiências íntimas de sujeitos feminizados em tempos de isolamento domiciliar. O que acontece quando corpos historicamente marcados pela exclusão de espaços públicos voltam ao ambiente doméstico de forma mais ou menos compulsória, como é o caso na crise de saúde pública que enfrentamos em 2020 e 2021? O assédio sexual urbano informa agressivamente que o meu lugar, como pessoa feminizada, é em casa ou no trabalho e que só posso usar a rua quando em trânsito entre esses lugares, nunca de forma contemplativa ou criativa. Assim, o que significa estar novamente restrita ao ambiente doméstico no que tange aos processos de subjetivação cidadã e reivindicação política que desafiam a precariedade da ocupação do espaço urbano por sujeitos feminizados?

FIGURA 1
IC9_AMANHECER

Frame da animação inicial da videoarte colagem_9. Ilustra o amanhecer no Centro da cidade de Porto Alegre, sobrevoada por um falcão, as luzes da cidade ainda acesas, brilhando ao longe, em despedida da noite. Nanquim e canetas marca-texto sobre papel, tratada e animada digitalmente quadro a quadro.



A OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS PÚBLICOS POR SUJEITOS FEMINIZADOS

A objetificação de corpos é a percepção de sujeitos de direitos como objetos: alguém sem percepção, sem sensações, sem desejos, sem história, sem a capacidade de tomar decisões e agir sobre elas. No caso de sujeitos marcados pela feminilidade, identificando-se como mulheres ou não², essa desumanização

vem atrelada à sexualização (BOWMAN, 1993, p. 532). A sexualização em espaços públicos é geralmente objetificante, pois lê-se sexo em alguém que não está expressando desejo sexual, impondo a ela, enquanto objeto, uma projeção. O sujeito que objetifica perde a capacidade de identificar uma resposta na pessoa objetificada, principalmente quando a resposta é não.

A rua é um ambiente estruturado a partir do poder patriarcal. O assédio sexual não serve para expressar desejo, mas como mecanismo de controle de quem pode acessar espaços de exercício de cidadania. O assédio e a violência sexual urbana têm sua origem, não na falácia da atração, mas no exercício de poder simbólico (BOWMAN, 1993). Ele serve, primordialmente, para mostrar a determinados sujeitos que aquele não é o seu lugar e, portanto, que não devem se sentir seguros ali. Pessoas marcadas por signos de feminilidade têm alguma liberdade de acessar o espaço urbano no trânsito entre casa e trabalho, dois lugares cuja ocupação é permitida para esses sujeitos. Mas a ocupação contemplativa ou criativa da rua é prerrogativa exclusiva de corpos neutralizados pela masculinidade e pela branquitude³.

Bowman (1993, p. 524) elabora o fenômeno da *importunação de mulheres* na rua a partir da ótica jurídica. Parte do conceito antropológico de assédio sexual urbano, segundo o qual homens desconhecidos abordam mulheres em lugares públicos, que não são seu ambiente de trabalho, através de olhares, gestos e palavras, como modo de demarcar um território não apenas geográfico, mas principalmente sócio-político. Através dessas abordagens, o homem exerce o que acredita ser um *direito natural* de tomar atenção do sujeito feminizado, tratando-o como objeto sexual e forçando uma interação (DI LEONARDO, 1981, p. 51). Neste artigo, diferimos das autoras de referência apenas na expansão da ideia de mulheres como alvo do assédio sexual urbano, como já explicitado pela escolha do termo *sujeitos feminizados* para designar as vítimas de exclusão e violência no espaço urbano.

2

Aqui não importa a auto-identificação pois estamos no plano do objeto.

3

Ainda que não seja o foco deste trabalho, a branquitude, assim como a masculinidade, é um aspecto fundamental para ocupar o espaço urbano de forma contemplativa e criativa.

A partir da teoria queer, Butler (2018, n.p) analisa a ocupação de espaços públicos enquanto atos políticos de resistência, especialmente no contexto de minorias sexuais, vinculados a questões de corpo e performatividade. O que propõe como Teoria Performativa de Assembleia deriva da noção de Hannah Arendt de *espaço de aparecimento*. Trabalha a ideia de *corpos precarizados*, ou seja, corpos que não têm direitos garantidos em determinados espaços, estando suscetíveis à violência. A reivindicação do direito de aparecer em espaços de tomada de decisão política, como é o caso da rua, está relacionada a uma performatividade coletiva, que cria espaços marginais nesses locais regidos por normatividades políticas excludentes. Assim, o aparecimento desses corpos em lugares públicos é tido como exercícios performativos dissidentes, que colocam em evidência a não representatividade dos mesmos tanto no espaço em si quanto na arena política, ao mesmo tempo que criam esses contra espaços de utopia.

Essas duas fontes teóricas tratam da ocupação de espaços públicos, cuja hostilidade para com corpos feminizados e minorias sexuais em geral é normatizada pelo poder cultural e estatal. Debruço-me sobre elas para analisar e praticar a representação desses corpos e espaços enquanto ato de resistência através do desenho, da animação, da videoarte e de seu embasamento conceitual desenvolvido neste artigo. A rua é um campo de batalha contra a objetificação, onde se pode resistir à exclusão, exigindo garantia de direitos e aparecendo na e para a esfera pública. Apesar de ser um espaço hostil para sujeitos tratados a partir de signos de feminilidade, o espaço urbano é também arena pública de exercício de cidadania e de afetos, criando e desenvolvendo relações a todo o momento, produzindo processos de subjetivação a cada esquina (BUTLER, 2018, n.p). No momento em que somos afastadas desse ambiente e nos resguardamos ao ambiente doméstico, mesmo que por questões de saúde pública, buscamos novos exercícios performativos dissidentes que nos representem no espaço urbano, ao mesmo passo que enfrentamos batalhas íntimas que espelham a luta por cidadania e pelo amplo direito de ocupar as ruas e habitar nossos próprios corpos de forma digna.



FIGURA 2
IC9_FUMAÇA

Frame da animação final da videoarte *colagem_9*, ilustrando o limiar entre dor e prazer de um rosto marcado pela feminilidade sobre fumaça branca em fundo branco, como em um limbo de solidão e autoconsciência mutante. Desenhos em nanquim sobre papel, animados digitalmente quadro a quadro, sobre recorte de vídeo também tratado digitalmente.

AUTO-OBJETIFICAÇÃO E AUTOVIGILÂNCIA

Sujeitos feminizados também reproduzem o olhar masculino objetificante que fundamenta a exclusão de minorias sexuais em espaços públicos, particularmente para com seus próprios corpos. A auto-objetificação, uma das consequências da internalização desse olhar, é caracterizada por uma percepção de si a partir de um observador externo, priorizando a imagem em relação às próprias sensações, necessidades e desejos do sujeito. Já a auto-vigilância ou automonitoramento corporal engloba práticas de controle internalizado que visa à manutenção de corpos feminizados enquanto corpos pequenos, fracos e frágeis. A auto-objetificação e a autovigilância são fenômenos especialmente ligados à feminilidade e têm consequências graves para a saúde mental e física de quem as experimenta, encontrando-se na raiz de distúrbios de imagem e transtornos alimentares (CALOGERO et al, 2011, p. 9; FREDRICKSON & ROBERTS, 1997, p. 192). Então, além de oferecer resistência à objetificação e consequente violência sofridas materialmente na rua, a sobrevivência desses sujeitos prescinde de resistência íntima ao seu próprio olhar objetificante.

A teoria da objetificação surge no campo da psicologia social e de gênero como uma perspectiva socio-cultural e não essencialista do estudo de corpos feminizados integrados à sociedade patriarcal, a uma cultura misógina e à representação midiática desses sistemas.

Qualquer um que conhece, é ou foi uma mulher jovem prontamente reconhece que mensagens socioculturais

sexo-específicas miram incansavelmente em corpos de mulheres e meninas adolescentes. Em termos práticos, corpos femininos são há muito tempo imãs de atenção e avaliação ante ideais rígidos e irrealistas. E tais atenção e ideais são quase sempre, de alguma forma, sexualizados. A teoria da objetificação aponta que a primeira consequência psicológica de ser impregnada por contextos objetificantes é a auto-objetificação. (FREDRICKSON, HENDLER, NILSEN, O'BARR & ROBERTS, 2011, p. 690, tradução da autora).

A auto-objetificação se manifesta em sujeitos feminizados através de práticas de automonitoramento corporal designadas globalmente pelo termo *autovigilância*. Tais práticas envolvem o monitoramento constante da própria aparência, aferição de partes do corpo em detrimento do todo, restrições alimentares, dentre outras. Suas consequências para a autopercepção de sujeitos feminizados incluem ansiedade com a própria aparência, vergonha do próprio corpo e redução da percepção de sensações físicas internas como fome e cansaço, podendo causar problemas psicológicos como depressão, transtornos alimentares e dismorfia corporal (MCKINLEY & HYDE, 1996, p. 182). Esta última é uma disfunção específica compreendida no espectro dos distúrbios de imagem, os quais são particularmente relevantes para este trabalho e para a obra de arte em análise.

OSCILAÇÃO E PERTURBAÇÃO

A prática de autorretrato, por exemplo, continuamente revisitada ao longo do vídeo *colagem_9*, integra e é integrada por diversos elementos relacionados à autovigilância. Primeiramente, a prática de autovigilância, quando aplicada ao desenho, deixa o plano do automonitoramento passivo, tirando a artista do lugar de objeto ao privilegiar a prática do desenho de observação, da autorrepresentação e do estudo estético e poético de seu trabalho enquanto táticas de resistência subjetivantes. Além disso, o olhar auto-objetificante é extremamente crítico e minucioso, ou seja, o sujeito feminizado que se autovigia acaba por desenvolver habilidades visuais rigorosas que, quando revertidas da ansiedade com a aparência para a prática artística, adquirem novos propósitos e dimensões, passando por uma virada criativa em seu caráter primordialmente destrutivo.

Em terceiro lugar, no âmbito da animação, a representação do próprio corpo em movimento proporciona aprofundamento em pesquisa técnica e poética que se vale especialmente da inconstância e inconfiabilidade do olhar autovigilante. É impossível confiar materialidade às constatações imagéticas adquiridas através do automonitoramento corporal. O olhar de sujeitos feminizados pela predeterminação sexista, cisnormativa e essencialista da cultura misógina em que está inserido será sempre enviesado. A dismorfia corporal acompanha de forma crescente o processo de auto-objetificação, tornando cada vez mais difícil ter noções objetivas a respeito do formato e aparência do próprio corpo. Tais fenômenos estão integrados à prática de animação quadro a quadro, especialmente nas técnicas usadas na obra ora analisada. Desenho meu corpo com traço preciso, mas assumidamente inconstante. No próximo quadro, desenho quase o mesmo corpo, mas já é um corpo totalmente diferente, não apenas pela representação do movimento, mas pela inconstância inerente ao traço em si. Em um quadro, um dedo é curto, no próximo, um pouco mais comprido. Há uma pequena curva na coxa, que no desenho seguinte se tornou uma linha quase reta. Essas variações gráficas transpõem para a prática artística a noção de que quanto mais atenção se dá ao próprio formato, mais formatos se criam, refletindo a oscilação do olhar autovigilante. A representação não é – nem se propõe a ser – fiel, assim como a aferição a respeito do próprio corpo é incerta.

Nesse sentido, as diferenças nos traços, sobre formas pretensamente idênticas, tornam o desenho interessante em sua pluralidade morfológica. Além de gerar a percepção de movimento, a animação desses autorretratos comenta a inconstância da relação entre o corpo e o olhar. A oscilação nos traços, de um quadro para o próximo, está na minha mão, como artista e como sujeito ativo e criativo que reage às circunstâncias à minhavolta. A singularidade dos desenhos está no frio que eu sinto ao desenhar no inverno com a janela aberta; no movimento que faço com o corpo para traçar uma determinada linha; no pensamento que desenvolvo enquanto desenho; nas emoções que informam as linhas do meu próprio corpo ali representado.

OBJETIFICAÇÃO VS. MOVIMENTO; EXCLUSÃO VS. REPRESENTAÇÃO

A reação, tanto ao assédio sexual urbano, quanto à auto-objetificação, parte principalmente do movimento e do som. No primeiro caso, se percebo que estou sendo assediada em um espaço público, tenho algumas alternativas de reação: posso encarar o homem de volta, me afastar, fazer um gesto inibidor, gritar. Sucessivamente, a auto-objetificação preconiza a imagem estática em relação ao desejo a às necessidades do próprio corpo. Assim, entende-se que a auto-subjetivação, como processo de resistência do sujeito culturalmente objetificado, está ligada ao movimento e à emissão de ruídos⁴. O movimento é aferido a partir da mudança de imagem à imagem. O corpo auto-objetificado é estático, pois preocupa-se com a aparência, enquanto o corpo potente e criativo ocupa-se da alteração do espaço, tanto interno, quanto externo a si. Tal mudança remete aos processos de subjetivação advindos das relações interpessoais e da agência sobre o espaço.

Em *colagem_9*, encontrei na representação de corpos feminizados e do espaço urbano uma forma de ocupá-los durante o isolamento social. O vídeo com duração de 1 minuto e 52 segundos é composto por animações quadro a quadro, feitas a partir de desenhos em nanquim e canetas marca-texto e de desenhos digitais. A trilha sonora é constituída por uma série de experimentações sonoras eletrônicas autorais que oferecem suporte rítmico e continuidade às narrativas representadas. As representações animadas de sujeitos feminizados perturbam a observação analítica do formato dos corpos em benefício da constante mudança de imagens. Assim, fomenta-se uma pedagogia do olhar que, aliada aos ritmos sonoros, o orienta à percepção do movimento e da expressividade em detrimento da forma, uma vez que esta se torna efêmera demais para sua verificação estética (e estática), típica do olhar masculino objetificante (*male gaze*) e da autovigilância (FREDERICKSON & ROBERTS, 1997, p.). Já as representações do espaço urbano tensionam a potência daqueles corpos no que tange à criação de narrativas sobre a rua. Se não posso estar na rua, transformo minha agência sobre

4

Seja pela fala, pelo grito, pela percussão, pela destruição e choque de objetos...



FIGURA 3
IC9_BRINA_BALANÇA

Frame em desenho digital da videoarte *colagem_9* com camadas sobrepostas. A representação de um corpo portando signos de feminilidade de forma desnudada, mas não sexualizada, se divertindo em um balanço, elemento lúdico representativo de espaços públicos, ilustra a ideia central deste trabalho.

ela, meu direito de ocupá-la e transformá-la, em imagem, som e movimento a partir da minha percepção afetiva sobre ela. A reivindicação política, inerente à ocupação do espaço urbano, torna-se também estética e afetiva na medida em que represento a rua, como a ocupo e como almejo que ela seja ocupada.

Outras questões estético-poéticas vinculadas às animações mencionadas e à videoarte como um todo emergem do tipo de representação estudada de corpos feminizados: frequentemente estes aparecem portando signos de feminilidade de forma desinibida em espaços quase vazios. Não há um cenário estático por trás do movimento dos corpos. A aferição da interação dos corpos com o espaço urbano se dá a partir da semiotização de um ou dois elementos no máximo, que fazem alusão a esses espaços, mas raramente representando-os de forma detalhada, direta e principalmente estática. Os signos que caracterizam o espaço da ação são geralmente representados como constituinte dela e dos corpos representados, portanto, também estão em movimento. Esse trabalho integra elementos conceituais, poéticos e estéticos, visando à construção de uma rede de ideias e linguagens *cuír*, que usam da tecnologia (corpo ciborgue) e das falhas na performance social dominante para sabotar as estruturas sociais, políticas e culturais generificadas e seus dispositivos de controle de forma furtiva.

PARA ONDE QUERO IR?

O olhar auto-objetificante beneficia o desenho, a linha e o olhar da artista. O automonitoramento corporal treina um olhar crítico, minucioso e atento, particularmente para com as linhas do próprio corpo e de demais corpos. Tomo o olhar culturalmente treinado para auto-objetificação e, conseqüentemente, as habilidades desenvolvidas a partir do automonitoramento corporal, oferecendo-lhes nova utilidade através do desenho. Em lugar de lutar contra si mesma, reduzindo o espaço ocupado pelo próprio corpo, ou mesmo contra a própria percepção auto-objetificante, abandonando aspectos da sua subjetividade que já estão em desenvolvimento, constróem-se novas práticas a partir

desse olhar detalhista. Encontram-se, no movimento dos desenhos, na representação do movimento de corpos feminizados e na representação de espaços públicos, elementos de resistência potentes contra a auto-objetificação e o assédio sexual urbano. Subjetiva-se o corpo feminizado através da representação dele em movimento, agindo sobre o espaço que ocupa e respondendo às transformações do ambiente.

Assim, as representações desses corpos e desse espaço geram narrativas sobre a rua, sobre meu próprio corpo, sobre outros corpos dissidentes e sobre as nossas relações com a rua e a cidade. Tais narrativas me dão agência sobre o espaço urbano, inclusive subjetivando a própria rua. Através das animações que compõem a obra, ponho a rua em movimento a partir do meu olhar. Assim, torno-me tão dona da rua quanto um homem que assedia na tentativa de mostrar que aquele lugar não é seguro para pessoas como eu. Crio narrativas de resistência que mostram que não estou ali só em trânsito, mas que posso contemplar, criar e aparecer naquele espaço como agente que o constitui e tem poder de alterá-lo. A mudança de imagem à imagem que representa o movimento, sempre imaterial, confere-me agência sobre meu corpo e dele sobre a rua.

REFERÊNCIAS

BOWMAN, C.G. Street Harassment and the Informal Ghettoization of Women. **Harvard Law Review**, v.106, n.3, p.517-580, jan. 1993.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**. Notas sobre uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALOGERO, R. M., TANTLEFF-DUNN, S.; THOMPSON, J. K. Objectification theory: An introduction. EmIn: CALOGERO, R. M., TANTLEFF-DUNN, S.; THOMPSON, J. K (orgs.), **Self-objectification in women: Causes, consequences, and counteractions** (p. 3-21). Michigan: American Psychology Association, 2011.

DIEST, Ashley M. K. Van; PEREZ, Marisol. Exploring the integration of thin-ideal internalization and self-objectification in the prevention of eating disorders. **Body Image**, v. 10, n. 1, p.16-25., jan. 2013.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

FRANÇA, P. **Resíduo**. Ensaio em vídeo, 2020. Disponível em <<https://www.instagram.com/p/CEE-eKcnEqi/>>.

FREDRICKSON, B. L. & ROBERTS, T. Objectification theory: Towards the understanding women's lived experiences and mental risks. **Psychology of Women Quarterly**, v. 21, n. 2 p.173- 206, jun. 1997.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. 20.ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

HEYES, Cressida J. Foucault Goes to Weight Watchers. **Hypatia** Vol. 21 n. 2, jan. 20096.

LEONARDO, Micaela Di. The Political Economy of Street Harassment. **Aegis**, 1981, p. 51-57.

MCKINLEY, Nita M. & HYDE, Janet S. The objectified body consciousness scale: development and validation. **Psychology of Women Quarterly**, v. 20, n.2, p.181-215, jun. 1996.

